

UM PASSO À FRENTE – e você

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) apresenta este mês seu primeiro balanço após mais de 13 meses de trabalho. O resultado dessa experiência iniciada em agosto de 2005 pode ser apreciado no Seminário Política Nacional de Juventude – diretrizes e perspectivas, previsto para os dias 27 a 29 de novembro na cidade de Niterói. O produtivo trabalho do Conselho resultou também em uma publicação com título homônimo ao do Seminário. Juventude.br publica em primeira mão – e com pequenas adaptações formais – o texto final do livro, assinado pela Mesa Diretora do Conjuve, que trata especialmente do futuro das políticas de juventude. Após a renovação do mandato do Presidente Lula, e quando fervilha a discussão sobre os compromissos de seu segundo governo, nada mais adequado do que colocar essa temática no centro das atenções.

Regina Novaes, Daniel Cara e Danilo Moreira*

Há pouco mais de um ano era instalado o primeiro Conselho Nacional de Juventude da história de nosso país. Nesse período estabelecemos um desafiante e produtivo diálogo entre conselheiros e conselheiras do poder público e da sociedade civil; estivemos presentes em momentos importantes nos quais se explicitaram questões de contingenciamento de verbas ou de execução de programas de diferentes ministérios voltados para a Juventude; contribuimos com a construção do Plano Nacional de Juventude, iniciativa do poder legislativo, e buscamos interferir no debate público de diferentes temas que afetam diversos segmentos da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, por meio de câmaras temáticas, elaboramos diretrizes e recomendações para a construção de uma Política Nacional de Juventude, agora disponíveis para o debate mais amplo.

Neste momento, quando estamos prestes a iniciar um novo ciclo político, com a inauguração de um novo mandato presidencial, é natural que surjam questões relativas à atuação futura do Conjuve. Não nos cabe fazer um balanço definitivo da atuação do Conselho destacando propostas para o futuro. O próprio Conselho assumiu para si a tarefa de avaliação,

Hoje podemos dizer que existe uma grande sensibilidade para o tema Juventude e que, também, existe algum nível de realização desse potencial. Basta observar a multiplicação de secretarias e conselhos de juventude em estados e municípios

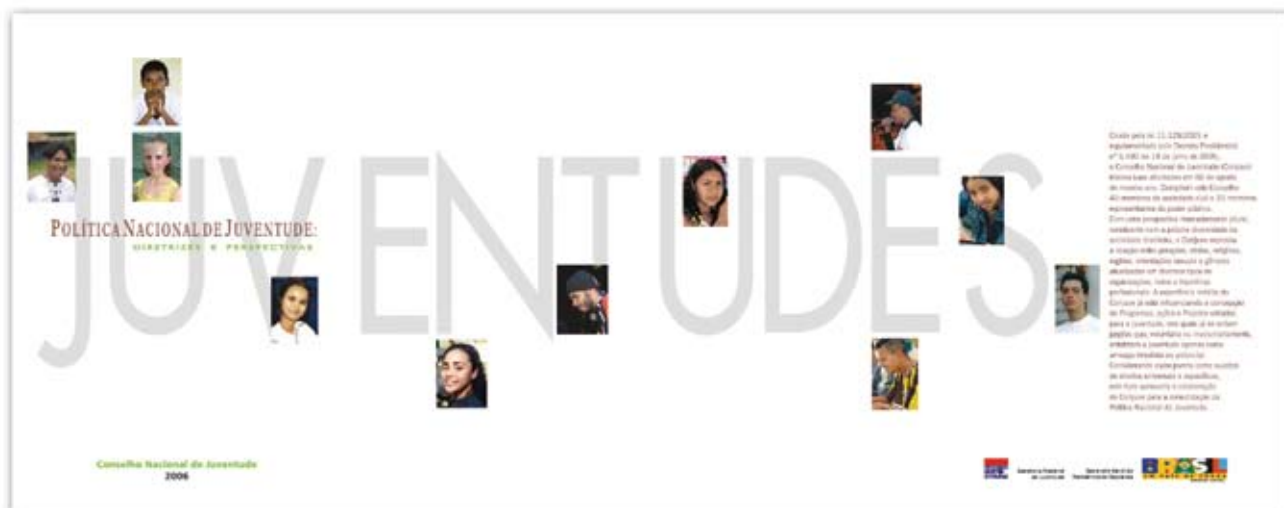
delegando a um grupo de trabalho a missão de fazer críticas e auto-críticas, propondo aperfeiçoamentos. No entanto, enquanto Mesa Diretora, a partir da experiência adquirida neste curto período em que coordenamos os trabalhos do Conselho Nacional de Juventude, apresentamos aqui algumas questões e caminhos para o futuro.

Do encontro entre intelectuais, gestores públicos, acadêmicos, especialistas, movimentos juvenis e organizações da sociedade civil que atuam com juventude, todos com larga experiência no tema, é que surge o livro **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. Contudo, vale ressaltar que a publicação desse livro expressa algo mais do que uma elaboração teórica que busca

fundamentar as políticas de Juventude neste primeiro governo Lula. Além do fato de ter sido coletivamente produzida, seu principal diferencial está em ser a primeira opinião publicada após a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude em 2005. A circunstância histórica que apresenta uma Política Nacional de Juventude já em curso não só potencializa a riqueza de idéias e diversidade de pontos de vistas aqui presentes, mas também faz maior nossa responsabilidade. Em outras palavras, no período inicial nos detivemos nos diagnósticos, negociação de entendimentos e pactuação para a elaboração dos pareceres sobre a Política Nacional de Juventude. Já hoje prevalece nova indagação: o que fazer agora com o produto de mais de um ano de trabalho?

Em primeiro lugar, espera-se que essa opinião amadurecida pelo Conjuve repercuta para além das páginas do livro. Vivenciamos uma experiência inédita e inicial de implementação de uma Política Nacional de Juventude. Entretanto, grande parte das opiniões que aparecem como consensos no livro ainda não integram o debate cotidiano sobre o tema. Consideramos importante que passem a integrar. Por isso é necessário que

não está mais no mesmo lugar



Capa do livro do CONJUVE

realizemos o mais **amplo processo de disseminação** das idéias abordadas no documento publicado, atingindo os mais variados públicos e visando a afirmação das políticas de juventude na agenda nacional.

Tendo em mente essa perspectiva, é importante reconhecer a publicação como uma síntese provisória que deverá ser constantemente refeita na medida em que consigamos divulgar e debater o documento em diferentes espaços institucionais e em diferentes regiões do país. A idéia é que o parecer de cada câmara temática não seja um final, e sim um ponto de referência mutante e agregador.

Nesse sentido, uma das tarefas futuras do Conjuve é estimular o debate buscando, ao mesmo tempo, incentivar a implementação de conselhos, secretarias ou coordenadorias de juventude nos estados e municípios brasileiros. A idéia não é levar propostas prontas sobre formas e funções dos espaços institucionais de juventude. Ao contrário, trata-se de criar oportunidades para inserir novos conteúdos no documento, que possam contribuir para melhor definir as relações de complementaridade e cooperação entre as políticas de juventude nos diferentes níveis da federação. Propomos uma espécie de mutirão nacional de idéias e compromissos.

No decorrer deste ano sempre procuramos nos caracterizar como um Conselho de Políticas Públicas de Juventude. Isto é, nunca houve a pretensão de substituir movimentos, fóruns, redes e organizações juvenis. Reconhecendo que no Brasil há grande diversidade de formas de participação e organização juvenil, muitas delas com assento no próprio Conselho Nacional de Juventude, a aproximação é uma das nossas mais importantes obrigações.

Hoje podemos dizer que existe uma grande sensibilidade para o tema Juventude e que, também, existe algum nível de realização desse potencial. Basta observar a multiplicação de secretarias e conselhos de juventude em estados e municípios. No entanto, existe um longo caminho a percorrer para que essas esferas da federação, e mesmo o Governo Federal, reconheçam e internalizem a necessidade de políticas de juventude. Daí a grande necessidade de fazer com as questões levantadas e, sobretudo, as recomendações dos três pareceres das câmaras temáticas cheguem aos **gestores de políticas públicas de juventude**. O que constitui por si só um grande desafio.

Por outro lado, também é importante que o Conjuve mantenha um diálogo constante com o **Poder Legislativo**, ambiente no qual já

existem inúmeras iniciativas sobre esse tema as quais, se aprovadas, estabelecerão um ordenamento jurídico indispensável para a consolidação das políticas de juventude.

Também é imprescindível o diálogo do Conjuve com as inúmeras políticas em curso voltadas para a juventude e desenvolvidas pela **sociedade civil** em várias partes do país. Hoje milhares de jovens são beneficiários de projetos, o que transforma essas organizações em gestoras de políticas de juventude. Reconhecendo que parte dessas iniciativas é financiada com recursos próprios e outra parte em parceria com o poder público, em seus diversos níveis, é preciso aprofundar a discussão e (re)estabelecer os termos das parcerias, definindo melhor protagonismos e responsabilidades.

Nesse mesmo sentido, coloca-se como desafio a interlocução

privilegiada com os **movimentos juvenis**. No decorrer deste ano sempre procuramos nos caracterizar como um Conselho de Políticas Públicas de Juventude. Isto é, nunca houve a pretensão de substituir movimentos, fóruns, redes e organizações juvenis. Reconhecendo que no Brasil há grande diversidade de formas de participação e organização juvenil, muitas delas com assento no próprio Conselho Nacional de Juventude, a aproximação é uma das nossas mais importantes obrigações.

O tema da participação é obrigatório. Sabemos que uma política de juventude só vingará se estiver alicerçada nos princípios da democracia participativa. Dentre tantos outros direitos que precisamos assegurar à juventude, cabe ao Conjuve ser o principal defensor do direito à participação. Tornar-se cada vez mais permeável às demandas levantadas pelo movimento juvenil brasileiro é, portanto, outro dos principais desafios do Conselho Nacional de Juventude para o próximo período. Tal aproximação certamente favorecerá a implementação das políticas de juventude nos estados e municípios. E, ainda, pode gerar um certo "efeito colateral positivo": o estabelecimento de relações politicamente mais produtivas entre esses próprios movimentos juvenis, entre os quais, muitas vezes, prevalece a competição ou o desconhecimento mútuo.

Resta ainda falar sobre as relações do Conjuve com os **meios de comunicação**. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, não podemos falar de uma agenda pública sem falar dos meios de comunicação enquanto instrumentos de veiculação das iniciativas do Conselho e do debate sobre as questões relacionadas à juventude. Nesse sentido, temos que estabelecer canais de diálogo com as grandes empresas de comunicação estabelecidas no país, com os veículos ligados ao poder público e às organizações da sociedade civil, sobretudo aquelas

No próximo período o Conjuve poderá conferir ênfase à validação e acompanhamento dos programas e ações governamentais voltados à juventude.

que se dedicam à chamada "mídia jovem". Esses veículos, em maior ou menor escala, contribuem para a formação de uma opinião pública sobre a juventude com a qual devemos interagir, disputar conceitos e combater preconceitos.

Após destacar os principais interlocutores, gostaríamos ainda de sugerir encaminhamentos para a ação do Conselho no próximo ano. Ao nosso ver, no próximo período o Conjuve poderá conferir ênfase à validação e acompanhamento dos programas e ações governamentais voltados à juventude. Trata-se de potencializar ao máximo o caráter consultivo do Conjuve. Com esse objetivo, todos os esforços deveriam ser direcionados ao acompanhamento da eficácia de um conjunto de programas previamente selecionados.

A tarefa de avaliar desempenho deve ter como referência três tipos de indicadores. A saber: a) aqueles construídos em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Juventude propostas pelo Conjuve; b) aqueles relacionados com o cumprimento de metas de atendimento e execução orçamentária, e c) aqueles que avaliem a forma como os programas e ações se relacionam com a juventude e seus movimentos. Caberia ao Conjuve, a partir desse monitoramento, gerar o **Relatório Anual sobre as Políticas de Juventude no Brasil**. Tal documento público deve se tornar uma importante referência para governos, sociedade civil e meios de comunicação. Por meio desse relatório anual, o Conjuve contribuirá para o aprimoramento

dos programas e ações voltados para a juventude, induzindo à sua transversalidade e melhor integração.

Certamente todos estes desafios fazem parte do objetivo mais amplo a ser perseguido pelo Conjuve: a consolidação das **Políticas de Juventude como políticas de Estado**. E, para que essa frase tão repetida tenha algum sentido, é necessário que identifiquemos os instrumentos necessários para a concretização das nossas idéias. Dentre tantos outros possíveis e necessários, chamamos a atenção para o Projeto de Lei que propõe o Plano Nacional de Juventude (PL 4530/2004), em fase final de discussão e aprovação, assim como para o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, que será elaborado em 2007.

Atualmente em tramitação no Congresso Nacional, o Plano Nacional de Juventude estabelece compromissos a serem assumidos pelos governos com a juventude nos próximos dez anos. Já o PPA trata de orientações em nível macro do Governo Federal para todas as áreas tendo em vista um período de quatro anos, e serve de parâmetro para a elaboração do orçamento a cada ano. Participar ativamente do processo de discussão e aprovação, assim como acompanhar a execução de ambos, deve ser um desafio permanente do Conselho Nacional de Juventude.

Enfim, ter chegado até aqui nos coloca novos desafios e responsabilidades. Nos próximos anos poderemos avaliar como - e até que ponto - o Conjuve contribuiu para pensar estrategicamente as políticas de juventude, inserindo-as em um de projeto de Brasil mais justo e democrático, identificando os mecanismos adequados para a efetivação desse objetivo. Essa é a nossa aposta. **■**

* Respectivamente presidente, vice-presidente e secretário-executivo do Conselho Nacional de Juventude, membros da Mesa Diretora 2005-2006.